

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA - RJ 16a Legislatura

Parecer

Projeto de Decreto Legislativo n 2010

Comissão: Justiça e Redação

Presidente: Vitor Batista Ralha de Afonseca

Vice: Cristiano Maia Arantes

Membro: Ivanilson Venâncio da Silva

Origem: Poder Legislativo

Autores: Mesa Diretora

Ementa: "Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas da Administração Financeira do Município de Miguel Pereira referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. André Pinto de Afonseca, conforme parecer prévio favorável do TCE/RJ"

Comissão de Justiça e Redação

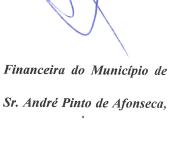
O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou a relatoria à sua própria consideração, nos termos do §2°, 4°, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

I - Das exposições da matéria em exame:

A presente matéria versa sobre projeto de decreto legislativo - aprovação da Prestação de Contas da Administração Financeira do Município de Miguel Pereira referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. André Pinto de Afonseca, conforme parecer prévio favorável do TCE/RJ.

II - Conclusões do Relator:

A matéria veiculada no Projeto de Decreto Legislativo se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa, que é assegurada aos Município, consoante breve leitura do art. 30, I, da Constituição da República Federativa do Brasil; inexistindo conflito com a Competência Privativa da União Federal, (art. 22 da CRFB) e





PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA — RJ 16ª Legislatura

também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal , Estados e Distrito Federal (art. 24 da CRFB).

Por derradeiro, a matéria veiculada está expressamente regulamentada no Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Miguel Pereira, consoante destaca o projeto.

Conclui o Relator pela tramitação da matéria, eis que não há vício da ilegalidade e da inconstitucionalidade.

III - Decisão da Comissão:

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação, escudada na conclusão da relatoria o considera legal à tramitação.

É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira. de Odd de 2010.

Vitor Batista Ralha de Afonseca

Presidente

Cristiano Maia Arantes

Vice-Presidente

Ivanilson Venâncio da Silva Membro